



Uma avaliação necessária

2014 representou mais um ano de ganhos reais para os bancários de todo o Brasil. Além disso, marcou uma vitória de todos os trabalhadores e trabalhadoras do país, com a reeleição da presidente Dilma Rousseff à presidência do Brasil.

Os avanços, no entanto, não significam que os bancários deverão se acomodar em 2015. Com um congresso mais conservador, é preciso que a categoria esteja alerta para os projetos que estarão tramitando no Congresso Nacional, sobretudo ao PL 4330, que continua tramitando naquela casa.

No final de novembro, o Comando Nacional dos Bancários e a Executiva da Contraf-CUT se reuniram em Brasília para fazer uma avaliação da conjuntura política após as eleições presidenciais e discutir os desafios do movimento sindical para o próximo período.

Seguem as principais conclusões do encontro etarefas do movimento sindical bancário.

1 Foi de fundamental importância para a reeleição da presidente Dilma Rousseff a participação massiva na campanha da juventude e dos movimentos sociais e sindicais, levando o debate junto à sociedade sobre os dois projetos em disputa.

2 Foi muito positivo o movimento que a Contraf-CUT fez, juntamente com os parlamentares bancários na legislatura que está se encerrando, na defesa dos direitos dos trabalhadores, em especial nos debates sobre os correspondentes bancários e contra o PL 4330.

3 O Comando entende que estamos num momento de disputa com o capital em relação ao segundo mandato da presidente Dilma e é imprescindível que se amplie a mobilização da categoria e dos trabalhadores.

4 Há uma grande preocupação com as primeiras medidas anunciadas após as eleições, como o aumento da taxa Selic acima até mesmo do esperado pelo mercado, o con-

vite para banqueiros assumirem ministérios estratégicos como o Ministério da Fazenda e uma empresária do agronegócio que simboliza o latifúndio mais retrógrado para o Ministério da Agricultura, além da indicação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, notório economista neoliberal contrário ao desenvolvimentismo e duro crítico das políticas de valorização do salário mínimo.

5 É preciso que, da parte do governo, haja abertura maior para o diálogo em relação às pautas dos trabalhadores amplamente debatidas nas eleições, o que inclui o fim do Fator Previdenciário, redução da jornada de trabalho, reforma política, correção da tabela do IR, fim do PL 4330 da terceirização, ratificação da Convenção 158 da OIT, reforma agrária, democratização dos meios de comunicação, dentre outros.

6 O desafio do movimento sindical, principalmente dos sindicatos e federações de bancários e do Comando Nacional, é intensificar a mobilização chamada pelas cen-

trais sindicais e movimentos sociais, bem como criar mobilizações próprias de interesse específico da categoria, como o fim do PL 4330.

7 Intensificar as mobilizações junto aos bancos públicos, para que: a) se tornem de fato instituições que financiem o desenvolvimento econômico e social, com geração de emprego e distribuição de renda, e b) ao mesmo tempo adotem uma gestão que respeite os trabalhadores e combata o assédio moral e as metas abusivas, responsáveis pela epidemia de adoecimentos nessas empresas.

8 Acompanhar a tramitação dos projetos de interesse dos bancários e da classe trabalhadora no Congresso Nacional, buscando garantir avanços e evitar retrocessos.

9 Manter e ampliar esse espaço aberto pelo Comando para o debate da conjuntura nacional, para além da pauta corporativa, de forma a preparar e organizar a categoria na disputa da hegemonia com o capital que marcará o segundo governo Dilma Rousseff.

Encerramos o ano de 2014 com satisfação, afinal foi um ano de conquistas e vitórias para a categoria bancária.

Em 2015 iniciamos um novo caminhar.

Neste novo ano que inicia iremos comemorar os 80 anos de existência do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região. Desde já convidamos toda a categoria a participar das atividades promovidas por nossa entidade representativa.

E que no ano que se aproxima possamos fazer da nossa união a força para novas conquistas!





Bancários assinam acordo aditivo e PPRS do Santander com avanços

A Contraf-CUT, federações e sindicatos assinaram com o Santander, no dia 5 de dezembro, o acordo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), os acordos do Programa de Participação nos Resultados Santander (PPRS) e os termos de compromisso Cabesp e Banesprev, todos com vigência de dois anos

(Fonte: Contraf-CUT)



Os dirigentes sindicais destacaram a importância do aditivo, frisando que o Santander é o único banco privado que possui esse instrumento, ampliando direitos e conquistas. Não é o acordo dos sonhos, mas foi o acordo possível, fruto da unidade e mobilização dos trabalhadores em todo o país.

O aditivo garante a manutenção das cláusulas existentes do aditivo com algumas atualizações. O banco mantém as atuais 2,5 mil bolsas de estudo, sendo 2.000 para primeira graduação e pela primeira vez 500 para pós-graduação, no valor de 50% da mensalidade, limitado a R\$ 480,50 em 2015, com a aplicação do reajuste que vier a ser ob-

tido no que vem a partir de 2016.

As inscrições para as bolsas de primeira graduação já estão abertas. Já a concessão das bolsas de pós se dará a partir de junho de 2015, excepcionalmente, para o ano letivo de 2015, em razão de adequações sistêmicas ao processo. Para o ano letivo de 2016 a concessão dessas bolsas se dará a partir de fevereiro de 2016.

Diante da cobrança dos dirigentes sindicais para a melhoria das condições de trabalho, que tem provocado sobrecarga, estresse, adoecimentos e afastamentos, o aditivo inclui uma nova cláusula para tratar das relações laborais e prestação de serviços financeiros, explicitando as práticas recomendadas aos gestores para uma gestão orientativa, práticas não permitidas e práticas recomendadas perante os clientes. O banco se compromete a realizar ampla divulgação dessas regras de conduta.

ACORDOS E RENOVAÇÕES

Os acordos de PPRS garantem o pagamento junto com a segunda parcela da PLR de R\$ 1.858 até 2 de março de 2015 e de R\$ 2.016 também junto com a PLR até início de março de 2016. O crédito ocorre geralmente na folha de fevereiro. Os valores foram atualizados pelos índices de reajuste da categoria em 2013 e 2014.

O aditivo garante também a continuidade do grupo de trabalho do SantanderPrev, já previsto nos dois acordos anteriores, com a finalidade de discutir um processo eleitoral democrático no fundo de pensão que possui mais de 44 mil participantes.

Os termos de compromisso renovados asseguram, ainda, o patrocínio do banco no Banesprev e na Cabesp por tempo indeterminado. Com esses instrumentos, passados 14 anos da privatização, o banco mantém os aportes e contribuições previstas nos estatutos das duas entidades, o que traz ganhos para funcionários na ativa e aposentados.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Pelo aditivo, "o Santander se compromete a desenvolver Políticas Internas que evitem o assédio moral e o assédio sexual no local de trabalho, tendo políticas que eliminem suas causas e efeitos, como também políticas de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres".

A cláusula do aditivo prevê a formação de um grupo de trabalho que se reunirá, nos meses de maio e novembro, para discutir, de forma conjunta, os dados estatísticos relacionados à Igualdade de Oportunidades.

ANTECIPAÇÃO DA FOLHA

Ao final do ato de assinatura, o Santander confirmou o crédito da folha de dezembro para o próximo dia 15. Trata-se já de uma tradição no banco a antecipação do pagamento para facilitar as compras de fim de ano.

Regulação da mídia não é censura

Em novembro, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) reuniu centenas de entidades em Brasília, na luta pela ampliação da liberdade de expressão

A campanha eleitoral colocou o debate sobre a regulação dos meios de comunicação de massa no centro da agenda política do país. E uma parcela da grande mídia já está fazendo sua campanha contra a medida, que deverá focar, em especial, na enorme concentração dos meios em corporações, que detém em suas mãos grande parte dos veículos impressos, televisivos. Devido a ausência de um debate plural e efetivamente democrático nos diferentes espaços de formação da opinião pública, a necessidade de um novo marco regulatório para o setor – defendida há mais de dez anos por movimentos sociais e organizações da sociedade civil – mostrou-se uma vez mais urgente.



Realizado em Brasília nos dias 13 e 14 de novembro deste ano, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) reuniu centenas de entidades em torno da luta pela ampliação da liberdade de expressão em nosso país. Nesse sentido, saúda as declarações da Presidenta Dilma Rousseff de que uma das prioridades de seu próximo mandato será a regulação econômica da mídia. Trata-se de uma medida estratégica para a consolidação da democracia brasileira.

No Brasil há uma brutal concentração dos meios de comunicação, tanto na radio-difusão quanto nos veículos impressos. Ao mesmo tempo, carecemos de mecanismos transparentes e democráticos para a concessão de outorgas de radiodifusão.

Na TV aberta, prevalece a concentração da produção no eixo Rio/São Paulo, e da veiculação de produção estrangeira em lugar da nacional. Também crescem os casos de sublocação das grades de programação e de transferência de concessões de forma irregular. A ausência de mecanismos para o direito de resposta nos meios de comunicação também cria um ambiente de violação dos direitos humanos e de restrição à liberdade de expressão de indivíduos e grupos sociais.

Neste cenário, torna-se imperativa a atualização do marco legal das comunicações, no sentido de colocar em prática os princípios constitucionais e de estabelecer regras para a configuração e funcionamento do setor, como já acontece nas mais diferentes áreas. Este novo marco regulatório deve responder às mudanças tecnológicas das últimas décadas e às demandas de uma sociedade mais complexa, que clama pela garantia de seu direito à comunicação. E deve ser resultado de um amplo e plural debate com a população brasileira, há tanto tempo interditado por setores que, em nome da manutenção de seus interesses e privilégios, vem se colocando sistematicamente contra a democratização da comunicação no Brasil.

Enfrentar as disputas em torno de mudanças estruturais no setor não será, no entanto, tarefa simples e exigirá, além da mobilização popular e da decisão política da presidente, a liderança de um Ministério das Comunicações guiado pelo interesse público e aberto à participação da sociedade na elaboração e acompanhamento das políticas públicas de comunicação. E, não menos importante, dependerá do envolvimento de parlamentares comprometidos com esta luta e com a construção de uma sociedade mais diversa e democrática.

Democracia da mídia JÁ!

(Fonte: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC)



Borges de Medeiros, 676,
Centro
Caxias do Sul - RS
Cep: 95020-310
Fone: (54) 3223.2166
Fax: (54) 3223.2405
bancax@bancax.org.br

Voz do Bancário

vozdobancario@bancax.org.br

Publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fundado em 24 de outubro de 1935

Filiado à Feeb/RS, Contraf, Cut, Dieese e Diap

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Jornalista Responsável: Marlei Ferreira - Mtb 8542

Diagramação: VOXMIDIA Comunicação

Impressão: Jornal Pioneiro

Tiragem desta edição: 3.000 exemplares



Marcelo Casal Jr/Agência Brasil

Mais conservador, Congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos e trabalhistas

A nova composição da Câmara dos Deputados e Senado exigirá uma maior participação e mobilização dos trabalhadores para garantir conquistas e evitar retrocessos

Levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) mostra um aumento, na nova composição do Congresso Nacional, do número de parlamentares ligados a segmentos mais conservadores – entre eles, militares, policiais, religiosos e ruralistas.

Na avaliação do analista político do Diap, Antônio Augusto de Queiroz, este será “o Congresso mais conservador desde a redemocratização”.

Para o especialista, “algumas conquistas do processo civilizatório, como a garantia dos direitos humanos, podem ser interrompidas ou mesmo regredir com a eleição de uma bancada extremamente conservadora”.

O Diap mostra crescimento do número de parlamentares policiais ou próximos desse segmento, como apresentadores de programas de cunho policial. Ao todo, esse setor contará com 55 deputados, parte dos quais defendeu, na campanha, a revisão do Estatuto do Desarmamento, a redução da maioridade penal e a criação de leis mais rígidas para punir crimes.

Já o setor identificado com a defesa dos direitos humanos perdeu parlamentares com longo histórico de atuação na área, como Nilmarinho Miranda (PT-MG), Domingos Dutra (SD-MA) e Iriny Lopes (PT-ES), que não foram reeleitos. Por outro lado, lideranças como Érika Kokay (PT-DF), Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Chico Alencar (PSOL-RJ) ganharam nas urnas e figuraram no grupo dos mais votados de cada estado.

Para o integrante da coordenação da Plataforma de Direitos Humanos (Dhesc Brasil) Darci Frigo, houve uma mescla entre “o fenômeno de conservadorismo, mas com influência decisiva do poder econômico”. Para garantir equidade no pleito, ele defende a limitação da atuação das empresas nas eleições, por meio de uma reforma política.

O levantamento do Diap mostra também que a bancada de parlamentares vinculados à defesa dos trabalhadores, como os advindos do movimento sindical, sofreu diminuição. Dos 83 deputados da legislatura anterior, restaram apenas 46, dos quais 14 são novos e 32 foram reeleitos.

O setor empresarial, por sua vez, vai contar com 190 deputados, segundo levantamento parcial do departamento. Em 2010, esse segmento elegeu 246 representantes.

De acordo com o analista do Diap, a diferença no tamanho das bancadas pode levar a retrocessos em relação aos direitos trabalhistas, já que o setor empresarial pode fortalecer a defesa da regulamentação da terceirização “em bases precarizantes, da substituição do legislado pelo negociado, permitindo que os sindicatos possam negociar redução de direitos, e do projeto do chamado Simples Trabalhista, que pode criar um trabalhador de segunda categoria, com menos direitos”, avalia.

Para a socióloga e professora da Universidade de Brasília (UnB) Débora Messenbergs, que estuda o Parlamento brasileiro, as diferenças nas representações dos distintos grupos sociais e “a questão central que passa pela ampliação da pulverização dos partidos é decorrência da não realização da reforma política”, defende.

Embora o tema tenha sido alvo dos protestos de junho de 2013 e, inclusive, de propostas da presidente Dilma Rousseff, a reforma não andou. Dentre as consequências disso, segundo a especialista, estão a manutenção do financiamento privado das campanhas e o distanciamento dos jovens da política.

Para Débora, “a reforma política não vai sair do Congresso”. “Não teve em Congressos menos conservadores, muito menos agora”. Ela aposta que a mudança deverá ser fruto da pressão da sociedade e da atuação do Executivo.

(Agência Brasil/EBC)

Palestras levam informação e integram bancários da base do sindicato

Centenas de bancários de toda a região tiveram a oportunidade de se inteirar das ações do sindicato e aprofundar o conhecimento sobre os direitos

Uma ideia que deu certo e veio para ficar. Assim se pode resumir a ação realizada ao longo do ano de 2014 que levou para as cidades que compõem a base territorial do sindicato a realização de palestras sobre temas importantes para a categoria. Em 2014 o tema proposto foi “Como programar a sua aposentadoria”, realizado pelo professor e especialista no tema, o advogado Anderson Ribeiro, que também presta consultoria aos associados do sindicato.

A primeira e última palestra foram realizadas na sede do sindicato, em Caxias do Sul, reunindo entre dois os eventos, cerca de 100 bancários. Além de Caxias, a palestra foi realizada em Flores da Cunha, reunindo associados dos municípios de Flores, Nova Pádua e Nova Roma do Sul; em Antônio Prado, que contou com a presença de colegas de Ipê; em Farroupilha; Veranópolis; Garibaldi; Gramado (com participação de associados de Canela); e Nova Petrópolis, reunindo também os bancários de Picada Café.



Arquivo/Sindicato

A atividade iniciou em abril e encerrou em novembro e conseguiu congregar cerca de 350 bancários. O coordenador da secretaria de Organização e Política Sindical, Nelsinho Bebber, participou de quase todas as palestras e se mostrou gratificado com a participação dos bancários nesta ação. “Foi a primeira vez que levamos atividades como essa para nossas bases no interior e o resultado sur-

preendeu. Queremos realizar outras ações para integrar e aproximar nossos colegas ao sindicato”, disse Bebber.

Além da palestra, dirigentes do sindicato aproveitaram a ocasião para também conversar e promover uma integração com a base.

Para 2015 o sindicato deve realizar uma nova ação junto à base e está aceitando sugestões para dar encaminhamento às atividades.

Bancários contra o assédio

No início de dezembro, durante reunião da mesa temática de Saúde do Trabalhador, em São Paulo (SP), a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) cobrou da Federação Nacional dos Bancos (Fenabran) mais empenho no combate ao assédio moral no ambiente bancário. A reunião teve o objetivo de fazer uma avaliação do instrumento de prevenção e combate ao assédio moral, previsto na cláusula 56ª da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Os dados analisados são referentes ao primeiro semestre de 2014.

Durante a reunião, os dirigentes sindicais também debateram outro item da cláusula 56ª da CCT, segundo a qual os bancos assumem o compromisso para que o “monitoramento de resultados ocorra com equilíbrio, respeito e de forma positiva para prevenir conflitos nas relações de trabalho”. Os representantes dos bancários disseram que querem aprofundar essa discussão, considerando que esse monitoramento de resultados é constantemente desrespeitado com a cobrança diária de metas abusivas.

A próxima reunião da mesa temática de Saúde do Trabalhador, entre a Contraf/CUT e a Fenabran, está agendada para fevereiro de 2015. Na ocasião, os representantes dos bancos vão apresentar os dados do instrumento de combate ao assédio moral referentes ao segundo semestre de 2014.

Seja sócio e usufrua de todas as vantagens

Sede Campestre



Local oferece dois salões de festa, campo de futebol com iluminação e vestiários; churrasqueiras, e parque infantil.



Além de contribuir para o fortalecimento da categoria, os sócios do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região têm acesso a uma série de benefícios.

O sindicalizado pode utilizar a sede campestre e sede social para organizar festas e eventos. O Seeb oferece atendimento odontológico, assistência jurídica e psicológica.

E tem mais: verifique os vários convênios que oferecem descontos e pagamentos facilitados e estão à disposição do bancário sindicalizado.